Um ensaio sobre a brotheragem: *o pacto silencioso do homem cis-heterossexual e a fragilidade do Cistema*

Andreone T. Medrado
Doutora em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil
medrado@alumni.usp.br

Alisson dos Santos
Graduado em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil
Alissontos25@gmail.com

Resumo: Presente no diálogo popular mas também inscrita no campo dos estudos críticos sobre sexualidade e masculinidades, a brotheragem nomeia práticas homoeróticas entre homens que se identificam ou são reconhecidos como cisgêneros e heterossexuais, envolvendo a condição do sigilo. O problema apresentado no presente ensaio, e que orienta as nossas reflexões, é a compreensão de tais práticas sexuais e sua coexistência com a manutenção da identidade heterossexual, ultrapassando-a, e o que essa aprente contradição revela sobre a própria cis-heteronorma. Argumentamos que sigilo, códigos de reconhecimento e performatividades cis-masculinas não apenas "ocultam" o desejo na esfera pública, mas constituem estratégias de sua adminstração, economia e implementação no interior do Cistema, revelando duplamente sua produção e sua fragilidade. Em diálogos com estudos sobre "down low", "glass closet", "epistemologias do armário", bem como territórios digitais digitais de sociabilidade cis-masculina e a noção de "dispositivos", na teoria foucaultiana, propomos compreender a brotheragem não como uma prática sexual, mas como umas das instâncias que dão sustentação à cis-heteronorma.

Palavras-chave: Brotheragem; cis-heteronormatividade; heterossexualidade compulsória; masculinidade; sigilo.

Abstract: Present both in popular discourse and in critical studies of sexuality and masculinities, brotheragem refers to homoerotic practices among men who identify as, or are socially recognized as, cisgender and heterosexual, involving conditions of concealment. This essay examines how such sexual practices coexist with the maintenance of heterosexual identity and what this apparent contradiction reveals about the cis-heteronormative order. We argue that concealment, codes of recognition, and cis-masculine performativities do not merely "conceal" desire in the public sphere; rather, they constitute strategies for its management, economy, and enactment within the Cistema, thereby revealing both its production and its fragility. Drawing on studies of the "down low," the "glass closet," and the "epistemologies of the closet," as well as research on digital territories of cis-masculine sociability and Foucault's notion of the "apparatus", we propose understanding brotheragem not simply as a sexual practice, but as one of the mechanisms through which cis-heteronormativity is sustained. In this sense, brotheragem makes visible how homoerotic desire can be experienced without necessarily disrupting heterosexuality as a social position,

insofar as concealment operates as a technology for preserving cis-masculine and heteronormative privileges.

Keywords: Brotheragem; cis-heteronormativity; compulsory heterosexuality; masculinity; concealment.

Brotheragem e suas facetas

"Quando um homem heterossexual faz sexo com outro homem, trata-se simplesmente de um desvio momentâneo ou insignificante na vida de um heterossexual 'verdadeiro', ou trata-se de uma evidência de que ele é, secretamente, um homem gay que não assumiu sua orientação sexual?". A partir dessa pergunta de E. Colin Ruggero (2016), podemos pensar se a heterossexualidade opera mais próxima ou mais distante da noção de orientação sexual e se ela pode ser entendida, então, mais como um dispositivo social de sexualidade do que meramente uma marcação do desejo sexual.

Para pensar essas questões acerca da heterossexualidade, partiremos da noção de "brotheragem", que circula entre homens cisheterossexuais. Apesar de frequentemente utilizados como sinônimos, *"down low"*[1] e "brotheragem" não designam exatamente o mesmo fenômeno. Do inglês, a expressão *"down low"* ganhou notoriedade nos Estados Unidos no início dos anos 2000, sobretudo em meio às discussões públicas sobre HIV/AIDS e práticas homoafetivas. Todavia, essa pauta ganha mais popularidade principalmente a partir da publicação dos livros *"Nobody Is Supposed to Know: Black Sexuality on the Down Low"* (Snorton, 2014) e *"Not Gay: Sex Between Straight White Men"* (Ward, 2015).

Partindo da pergunta que abre este ensaio, e que compõe uma leitura comparativa produzida por E. Colin Ruggero, em seu artigo *"When Straight Men Have Sex With Men"* (2016), pode-se compreender que Snorton e Ward recusam a pergunta tradicional sobre a "verdadeira" orientação sexual de homens que fazem sexo com outros homens, deslocando a análise para os dispositivos sociais que regulam tais

[1] O termo *"down low"* é por vezes traduzido como "sigilo", mas pode ser entendido como uma expressão utilizada para designar homens negros que estabelecem relações sexuais com outros homens sem, necessariamente, se identificarem como gays, bissexuais ou queer (ver C. R. Snorton, 2009).

práticas. No entanto, ainda que essas autorias elaborem um mesmo núcleo de análise – a sexualidade dos "homens"[2] e sua fluidez na sociedade –, Snorton e Ward chegam a conclusões distintas, uma vez que investigam sujeitos que participam de diferentes e desproporcionais relações de poder.

C. Riley Snorton demonstra que o *"down low"* emerge, no início dos anos 2000, como uma narrativa racializada (que podemos nomear como narrativa racista) sobre homens negros, produzindo-os como corpos suspeitos[3], hipervisíveis (no que ele chamaria de fenômeno *"glass closet"* ["armário de vidro", em tradução livre] e associados ao "segredo", ao HIV/AIDS e ao risco moral e de contaminação. Jane Ward, por sua vez, evidencia um movimento distinto: homens cisgêneros brancos heterossexuais conseguem realizar práticas homoeróticas sem que isso comprometa profundamente sua identidade heterossexual no tecido social em que esse sujeito circula, justamente porque a branquitude e a masculinidade funcionam a partir de recursos que lhes permitem atribuir significados heterossexuais a essas experiências.

Nesse sentido, e ainda segundo o olhar comparativo de Ruggero, se os sujeitos negros analisados por Snorton permanecem, num sentido de hipervigilância, confinados a um *"glass closet"*, os homens brancos estudados por Ward desfrutam de uma mobilidade simbólica ampliada, podendo atravessar fronteiras sexuais sem com isso perder todos os privilégios da heterossexualidade.

Apesar disso, e tensionando ainda mais a questão da fluidez social racializada, em seu texto *"Trapped in the Epistemological Closet: Black Sexuality and the 'Ghettocentric Imagination'"*, parte da noção de "imaginação guetocêntrica" de S. Craig Watkins (1998) e do argumento de Eve K. Sedgwick (1990) sobre os processos de produção epistemológica estruturados pela metáfora do armário, examinando as relações entre a cultura popular negra, o "armário" e a manutenção de certas definições de raça, gênero e sexualidade.

[2] Ao grifarmos o termo "homem", assim, entre aspas, queremos denotar que se trata de homens cisgêneros heterossexuais.

[3] Não é o objetivo do presente artigo, mas cabe apontar que essa "suspeita" diz respeito ao risco desde denunciarem a fragilidade da heteronorma, que é preservada como inerente à construção do humano, portanto branco cisgênero.

C. R. Snorton propõe pensar o “armário de vidro” como uma figura capaz de deslocar a compreensão convencional do armário. Ou seja, para além de um mero símbolo de ocultamento da sexualidade, trata-se de uma condição paradoxal em que *confinamento* e *exposição* – pela hipervigilância – coexistem. Essa chave de leitura permite compreender determinadas experiências da sexualidade negra a partir da tensão entre aquilo que é simultaneamente visível e não reconhecido.

Assim, ao aproximar cultura popular negra e teorias da sexualidade, Snorton sugere que essa figura também pode contribuir para a análise do fenômeno *down low*. O “armário de vidro”, nesse sentido, permite interrogar menos o que esses sujeitos escondem do que as condições sociais que tornam determinadas práticas visíveis sem que elas precisem produzir uma identidade sexual dissidente a depender de marcações como raça e gênero.

Justamente nesse cenário múltiplo e complexo é que propomos situar a noção de brotheragem. Sem ignorar as marcações raciais que institucionalizam o *“down low”* mas pensando também a partir delas, a brotheragem pode ser uma ferramenta de análise para nomear o pacto cis-masculino que transforma o sigilo sexual – ou segredo dos homens cisgêneros – em tecnologia de preservação dos privilégios cis-heteronormativos, evidenciando como determinados “homens” conseguem viver práticas homoeróticas enquanto mantêm o reconhecimento social e a segurança moral de sua sexualidade.

Para este ensaio, então, “brotheragem” será entendida de mais de uma maneira. No sentido da palavra, trata-se do “aportuguesamento” da palavra “brother”, que em tradução livre do inglês significa “irmão”. “Brothers”, todavia, seriam aqueles “homens” que costumam fazer tudo juntos, “pau” para toda obra, parceiros inseparáveis, confidentes sobretudo acerca de seus desejos sexuais, aplicado no contexto da parceria sexual confessional e sigilosa. No contexto contemporâneo e quiçá até popular, a brotheragem diz sobre homens que se identificam socialmente como homens heterossexuais – que convencionalmente se atraem sexualmente

apenas por mulheres – e que têm relações sexuais entre si, e que necessariamente envolve o sigilo[4].

Uma outra compreensão de "brotheragem", e a que mais nos interessa, diz respeito a uma manobra tanto discursiva quanto comportamental, que possibilita o trânsito do desejo desses "homens" de modo que, mesmo em uma sociedade cissexista e homofóbica, tais personagem da cena social ainda podem sustentar suas éticas e identidades heterossexuais. Portanto, e ao mesmo tempo, a brotheragem informa sobre o fluxo de desejos homoeróticos interditados na esfera pública e aponta para mecanismos de sustentação de pactos cis-masculinos de poder.

A heterossexualidade para além dela mesma

Há algo anterior – e conjunto – à heterossexualidade que se preserva e se reafirma na dinâmica da brotheragem: a própria ideia de que existe uma maneira "natural", estável e coerente de ser "homem". A brotheragem nos permite observar, portanto, não somente como a heterossexualidade regula – e, de certa maneira, autoriza – o desejo entre "homens", assim como também atua enquanto dispositivo de naturalização das diferenças sexuais (Medrado, 2025; Wittig, 2022), sendo essa naturalização que sustenta a cisgeneridade enquanto experiência supostamente natural e não marcada.

Dito em outras palavras, uma vez que a heterossexualidade está contida numa produção discursiva mais ampla, mas que se reproduz ao passo que sustenta a produção da cisgeneridade, ela participa na ficção do binarismo de gênero como um destino social e biológico. Ao contrário do que se poderia pensar, é apressado e incoerente supor que "homens" que praticam brotheragem são gays enrustidos, como veremos adiante. Em vez disso, e reiterando, mais apropriado seria encarar a

[4] Cabe destacar que homens bissexuais, pansexuais e homossexuais, por exemplo, podem ter relações sexuais entre si e podem preferir não demonstrar isso publicamente por uma série de questões de represálias sociais, ou por outros motivos. No entanto, o diferencial do homem supostamente heterossexual é que eles precisam primeiramente sustentar a imagem de homem hétero na esfera pública e, segundo, precisam garantir o sigilo absoluto do ato. Não há brotheragem sem, de uma forma ou de outra, a manutenção de um pacto que se dá especialmente a partir do sigilo.

brotheragem duplamente como ato comportamental (algo que se pratica) e como um discurso a partir do qual se elaboram possibilidades de fluidez da sexualdiade cis-hétero-masculina.

Pode-se, assim, elaborar que no conjunto dos mecanismos e das dinâmicas que sustentam a masculinidade do homem cis-heterossexual, a brotheragem figura metaforicamente como um véu que cobre esses sujeitos, protegendo-os daquilo que tente ameaçar o que Adrienne Rich (2003) há mais de 40 anos já nomeava como "heterossexualidade compulsória". O sigilo, inerente à dimensão comportamental da brotheragem, opera como uma válvula que organiza a pulsão do homem cisgênero, uma vez que a norma heterossexual não se sustenta sozinha. A ocorrência sigilosa não reduz o poder heteronormativo, em vez disso o reforça e o protege, pois, na ordem do discurso, a pedagogia sexual que mobiliza gênero, desejo, comportamento e arranjos afetivos é a mesma que, no conjunto, tenta estabilizar a noção de uma suposta naturalidade do Cistema (**Fig. 01**).

* * *

O termo "Cistema" resulta de uma torção semântica que aproxima "sistema" de "cis-heteronormatividade", nomeando, assim, a ordem social que toma a cisgeneridade e a heterossexualidade como referências privilegiadas de inteligibilidade dos corpos e dos desejos. Mais do que uma simples combinação vocabular, a expressão procura designar o entrelaçamento de discursos, saberes, práticas e políticas que, inscritos nas heranças coloniais europeias, produzem determinados corpos como naturais, saudáveis e desejáveis, enquanto posicionam outros como desvios, anomalias ou ameaças à norma. O termo vem sendo mobilizado por pesquisadoras travestis brasileiras; por exemplo, Leticia Carolina Nascimento, em seu livro *Transfeminismo* (2021), emprega a grafia "CIStema". Neste ensaio, como em outros trabalhos, optamos por "Cistema", mantendo a referência à Cis-heteronormatividade, mas ampliando a torção proposta pelo próprio "C": Capitalismo e Colonialismo também participam dessa maquinaria e não podem ser pensados como instâncias externas a ela. São,

antes, dimensões imbricadas na produção histórica das normas que organizam corpos, desejos, relações e possibilidades de existência.

* * *

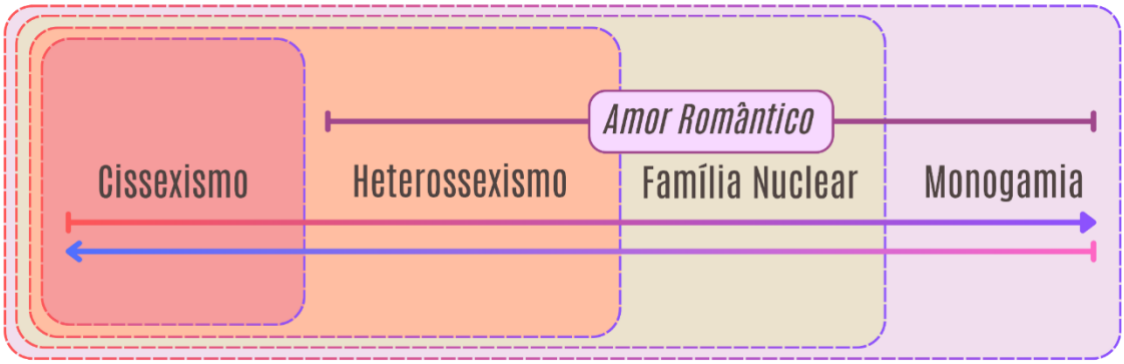


Figura 1 Cadeia produtiva e reguladora do desejo, da expressão corporal e dos corpos no cistema. Adaptado de Medrado (2026).

A inteligibilidade social e política da sexualidade foi historicamente construída a partir de uma ficção normativa segundo a qual o fazer-sexo encontraria sua finalidade primordial – e, em última instância, sua legitimidade – na reprodução (Foucault, 1988). Sob essa lógica, a partir da noção de *funcionalismo sexual* (Medrado & Valentova, 2023) as práticas, os desejos e as formas de existência e experiências sexuais que não circunscrevem na finalidade reprodutiva tendem a ser produzidas discursivamente como excedentes, desvios ou patologias. A regulação da sexualidade, portanto, não opera meramente pela definição do que seria sexualmente "normal", mas também pela produção de fronteiras imaginárias que distinguem aquilo que *pode ser* reconhecido como legítimo daquilo que *deve ser* corrigido, ocultado, higienizado ou eliminado.

Mais do que organizar pares de normativas sexuais – *homem/mulher*, *macho/fêmea*, *XY/XX* –, a heterossexualidade participa de uma racionalidade social mais ampla, articulada ao patriarcado e à cisnormatividade. Em seu discurso, ela organiza posições de gênero e papéis sociais relativos a essas posições, bem como

distribui vantagens e privilégios e estabelece quais formas de intimidade, desejabilidade e parentesco serão reconhecidas como socialmente inteligíveis e, principalmente, moralmente aceitáveis. É nesse sentido que a heterossexualidade compulsória pode ser compreendida para além de uma expectativa relativa ao objeto do desejo na relação "homem e mulher", "masculino e feminino", agindo como uma tecnologia social de organização dos corpos e das relações, sustentada por instituições, valores e hierarquias que conferem centralidade e poder à masculinidade cisgênera (Wittig, 2022), *como se* exercesse o papel de dispositivo.

Por exemplo, a partir da noção foucaultiana de *dispositivo*, compreendido como uma rede heterogênea de discursos, instituições, normas, saberes e práticas articulados historicamente em relações de poder (Foucault, 2019), é possível deslocar a compreensão da heterossexualidade para além da experiência individual do desejo. Enquanto dispositivo social, a heterossexualidade opera na produção de regimes de inteligibilidade que marca e busca definir a quais corpos, vínculos e práticas cabe o reconhecimento de "naturais", legítimos e desejáveis. Sua eficácia normativa não dependeria apenas da imposição explícita de uma conduta, mas da capacidade de fazer com que, a partir de uma rede acessória de produções de gozo na esfera privada, determinadas relações entre o fazer-sexo, o expressar-gênero, a reprodução, a conjugalidade e o desejo apareçam como evidentes publicamente, enquanto outras são produzidas como desvio, excesso ou anormalidade. Sobre a centralidade do fazer-sexo no que diz respeito ao dispositivo da sexualdiade, Foucault dirá que

> Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. (Foucault, 2019, p.27).

Ou seja, tal qual para o "sexo" no dispositivo da sexualidade de Foucault, a heterossexualidade foi colocada em discurso, foi compelida a existir, a falar de si

própria, a ser nomeada, confessada, interpretada. Logo, a heterossexualidade pode ser compreendida como parte de uma tecnologia social de regulação dos corpos e dos desejos, cuja operação se realiza por meio de múltiplos discursos, instituições e práticas cotidianas. Ela não apenas organiza o campo das possibilidades desejantes, mas participa da própria constituição dos sujeitos e dos modos pelos quais estes reconhecem a si mesmos e aos outros como corpos desejáveis, legítimos ou desviantes; ela contribui para produzir e sustentar uma determinada ordem sexual e afetiva, generificada e reprodutiva, estabelecendo e regulando em seu fazer as condições sociais sob as quais o desejo se expressa em comportamentos normativos que, ainda que ameaçados, se reinventa e se articula em pactos sociais que a sustenta.

Numa manobra que não pretende uma sobreposição das proposições foucaultianas, seria *como se* construíssemos, a partir do trecho supracitado, a seguinte afirmativa: deve-se falar de *heterossexualidade*, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar da *heterossexualidade* como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. A *heterossexualidade* não se julga apenas, administra-se.

Logo, a heterossexualidade opera duplamente como marca de um *modus* do desejo e como uma representação ficcional de um *lugar social* produzida pelo regime sexual. Contudo, ela não incide de maneira homogênea sobre todos os corpos. Aqueles que ocupam posições próximas ao modelo hegemônico de masculinidade cisgênera podem experimentar efeitos de sua normatividade – ainda que com graus de sofrimento e formas específicas de constrangimento (Rodriguez et al., 2025) – sem que isso implique a perda dos privilégios estruturais associados à posição que ocupam, pelo contrário os assegura na medida que são sustentados. Todavia, para corpos e subjetividades que se afastam dessa matriz, a mesma ordem heteronormativa pode assumir a forma de deslegitimação, apagamento, vigilância e expropriação da agência, bem como restrição do direito ao desejo, além de violência material e simbólica

(Ribeiro & Matos, 2020). A distribuição da violência, nesse sentido, é inseparável da distribuição desigual de reconhecimento e de poder.

A suposta naturalização da heterossexualidade constitui um dos mecanismos centrais dessa operação normativa. Ao apresentá-la como expressão espontânea da sexualidade humana, como prática universal ou como resultado necessário da evolução biológica orientada à reprodução da espécie, despolitiza-se a rede histórica e social que a sustenta. O problema, portanto, não está em reconhecer a existência da heterossexualidade, mas em transformar uma possibilidade de experiência sexual em princípio organizador da vida social – e que isso ocorra em um suposto silêncio de si mesmo, mas que, em contrapartida, fale-se de tudo aquilo que desvia dessa normativa política, seja pela falta, seja pelo excesso. Quando isso ocorre, a heterossexualidade deixa de aparecer como uma entre diferentes formas possíveis de relação com o desejo e passa a funcionar como medida de normalidade.

No sentido de uma repetição insaciável dos códigos e condutas, e que opera a partir de uma imposição naturalizada, a noção de heterossexualidade compulsória permite, assim, deslocar a análise do campo das escolhas individuais para as condições sociais que tornam determinadas escolhas mais inteligíveis, legítimas e possíveis do que outras. Trata-se de compreender como expectativas patriarcais, dependências econômicas, regimes raciais e de gênero, bem como mecanismos de marginalização, participam da constituição daquilo que uma sociedade reconhece como intimidade, desejo e vínculo legítimos. A compulsoriedade não significa, portanto, que todos os sujeitos sejam simplesmente obrigados a ser heterossexuais, mas que a heterossexualidade é instituída como horizonte privilegiado de inteligibilidade, e que quanto mais se administra sua aderência sem necessariamente nomeá-la, mais ela se afirma, enquanto outras possibilidades de existência são submetidas a diferentes graus de suspeição, correção, silenciamento ou violência, expostas como aquilo que se deve evitar sob penas de perda de pertencimento e fluidez sociais.

Assim, se por um lado a “Brotheragem” é o ato de homens cisgêneros supostamente heterossexuais fazerem sexo com outros homens, por outro lado ela

também funciona como um pacto silencioso que os mantém reféns uns dos outros, mas [e] por isso mesmo pertencentes às normalizações sociais.

* * *

Uma sociedade cissexista condenará o comportamento homossexual e se armará de estratégias variadas para vigiar a sexualidade de sua população a fim de sustentar o status heterossexual. Habitar essa sociedade e transitar por suas proibitividades e estratégias de controle exige mobilizações comportamentais que possam dar conta dos desejos circulantes, ora limitando-os, ora construindo fluxos baseados em pactos de poder.

Se um "homem" heterossexual – que seria socialmente condenado por ter comportamentos homossexuais – encontra outro homem hétero sujeito à mesma ameaça, o pacto entra em ação. Eles ficam juntos, praticam sexo, realizam seus desejos homossexuais socialmente proibidos e sigilosos e, como numa aliança social no mínimo bilateral para manter o perfil social hétero dos envolvidos e seguirem aceitos nos grupos em que frequentam, eles pactuam que nenhum contará sobre o outro. Todos têm algo a perder: seus privilégios heteronormativos; por isso, é tudo no sigilo! O sigilo é a moeda de troca da brotheragem. A grosso modo, funciona assim: "se eu te revelo, eu revelo a mim mesmo; se me entregas, a ti se condena".

Ou seja, de uma forma ou de outra, esse desejo é cuidadosamente regulado para que possa conviver com a nomeação da heterossexualidade. Isso porque, ainda que sejam possíveis essas regulações, os desejos não são contíveis a ponto de serem controlados meramente por sua proibição. A proibição, nesse contexto, funciona mais como aquilo que fortalece a dimensão ética e estética da norma do que como uma interdição que de fato elimina a diferença. Dessa forma, são criados contextos em que determinados desejos podem ou não ser desejados. E, partindo do pressuposto de que não há uma determinação natural que faça com que o desejo seja necessariamente orientado para um único gênero, aqueles desejos que escapam dessa legitimidade

necessitam de contextos específicos para que possam existir, desde que permaneçam não revelados.

Nesse contexto, a brotheragem pode ser entendida como um mecanismo de controle do *desvio à norma* quando um "homem" passa a desejar um outro "homem" e, ainda assim, precisa continuar sendo reconhecido como tal. Nesse ponto, a naturalidade e a inteligibilidade do gênero desses "homens" são mantidas sem que seus desejos e experiências sejam usados como acusação de transgressão ou, que seja, para questionar a estabilidade da cisgeneridade e a própria naturalização das diferenças sexuais que sustentam a heterossexualidade enquanto norma. A heterossexualidade está para além dela mesma. Ser heterossexual, portanto, não diz respeito ao sentido de desejar e fazer-sexo numa relação *homem/mulher*; em vez disso, é sobre sustentar essa gramática para proteger o próprio desejo que uma sociedade busca regular, e assim, todavia, segue se aregulando em si mesmo.

"Brothers" para além dos sujeitos

Homens cisgêneros heterossexuais aprendem desde cedo a defender com toda força e violência a sua heterossexualidade como se ela estivesse acima de tudo que lhes representa, inclusive acima daquilo que eles são e/ou poderiam ser. Eles fazem questão de expor suas marcas de "homens que gostam de mulher" uma vez que as normativas de gênero e de desejo lhes impele a isso, e exigem ser tratados como pessoas avessas ao prazer afetivo-sexual que envolva dois corpos masculinos.

Do ponto de vista afetivo-emocional, tudo que represente algum grau de aversão ao "feminino" será eleito como marca dessa masculinidade cis-heteronormativa. Homens cisgêneros heterossexuais e homens gays são ensinados a performar e verbalizar nojo por genitais como vulva, que no binarismo cissexista de gênero é associado a esse tal "feminino" (Moraes, 2023). Homens cisgêneros, em geral, aprendem a ter nojo do "feminino" na mesma medida que esse feminino é aquilo que,

se tomado como referência de seu desejo os tornará mais homens conforme os deseje como objetos de consumo sexual e de cuidado.[5]

Dito de outro jeito, e considerando os homens cisgêneros que se nomeiam como heterossexuais, não parece curioso que para ser "homem de verdade" deve-se, ao menos ns verbalização e nas escolhas aparentes, amar mulheres ao mesmo tempo que também é preciso odiar o que é socialmente "consagrado" como "feminino"? Na nossa sociedade, "homens" aprendem a odiar as *mulheres*, ainda que as utilize como marca de sua masculinidade. No quesito "homens que precisam odiar o feminino mas devem utilizá-lo como símbolo de masculinidade" é onde justamente está a armadilha em que eles mesmos criam e habitam seus paradoxos e se condenam ao cativeiro de si. Poderíamos até dizer que em uma sociedade sexista todas as pessoas aprendem, de um jeito ou de outro, a amar "homens" e a odiar não apenas mulheres, mas tudo que seja o não-"homem", o *fora-do-eu-hegemônico*; infelizmente, mulheres, e especial as cisgêneras, também são ensinadas a rejeitar homens caso eles não entreguem a performance cis-masculina esperada. Ou seja, na cis-heteronormatividade, o "ser homem" sustenta o "ser mulher", e vice-versa.

Nesse sentido, Viviane Vergueiro Shimakawa (2023) compreende três eixos que sustentam e reproduzem a cisgeneridade como norma. O primeiro diz respeito à qualidade pré-discursiva da cisgeneridade, que se estabelece como orgânica, originária e inescapável — isto é, existe para além da cultura e da linguagem. O segundo diz sobre a binariedade estabelecida por essa pré-discursividade, de modo que "os corpos originais", *macho* e *fêmea*, *homem* e *mulher*, existem em posições opostas, mas complementares, que, no entanto, nunca se integram e são impedidas de cruzar a fronteira pré-estabelecida que as fundamentam em lados antagônicos. Desse modo, aqueles que ultrapassam essa fronteira são condenados a um embate com valores morais, científicos e religiosos, pois colocam-se contra às ordens de uma suposta natureza.

Por último, o terceiro eixo apresenta-se a partir da crença na imutabilidade do sistema sexo-gênero: "homens" nascem e morrem "homens", assim como as

[5] Para uma perspectiva antropológica, ver sobre "O mito da terra virgem" (em: McClintock, 2010).

"mulheres". Essa "imutabilidade" garante uma constância na produção da cisgeneridade como norma de modo que não haja esforços para que essa condição de *ser* se mantenha. Assim, a cisgeneridade se organiza como uma ordem regida pelos eixos da pré-discursividade, binariedade e constância.

Compreendemos aqui a fragilidade da cisgeneridade, uma vez que apesar de apresentar-se como *natural* e *imutável*, para que se sustente, ainda é necessário que sejam desenvolvidos uma série de mecanismos para afirmá-la e protegê-la. Isso é, para que seja inteligível uma pré-existência das categorias *homem* e *mulher*, é necessário que essa diferença sexual – que engloba a diferença, tanto ontológica, biológica e comportamental – seja constantemente produzida e reiterada a partir da regulação de comportamentos, relações, desejos e corpos (Butler, 2003).

A brotheragem é, nessa lógica dos discursos, uma das práticas de reiteração tanto da cisgeneridade, num plano mais nuclear do sujeito ocidental, quanto da heterossexualidade, num aspecto regulador mais amplo. Seres da espécie "*Homo sigilosus*" dizem gostar tanto de mulheres, mas são os mesmos que as objetificam, que não as reconhecem como pessoas nem dotadas nem dignas de autonomia, de intelectualidade e de direitos.

Em contrapartida, veneram tudo que é nomeado como cis-masculino: adoram o *pênis* – adoram sobretudo exibi-los como objeto de poder e como a régua que mede seus valores; veneram ambientes e espaços homocentrados (futebol cismasculino, jogos que reúnam outros "homens", encontro somente entre "homens", inclusive encontros íntimos); cultuam atores, cantores, escritores, todos cisgêneros heterossexuais e com uma performance masculina dentro do mais esperado para o homem viril, vulgo homem "macho", etc); tudo como maneira de se afirmarem homens e cisgêneros e héteros; e, mesmo assim – e talvez por isso? – ainda buscam pelo sexo homossexual.

Apesar dessa explícita homofilia cis masculina, esses "homens" temem serem reconhecidos e descobertos em suas profundas e secretas fendas do desejo. Temem ser descobertos inclusive por si mesmos, uma vez que o reconhecimento assumido pode clamar pela realização menos inibitória ou menos sintomatizável do desejo

homoafetivo, fazendo alusão às dinâmicas da inibição e do sintoma na teoria freudiana (Freud, 2014).

Pode-se inferir que tal interdição da desejabilidade ocorre em função de uma normatividade que os encarcera no título de "Homens Heterossexuais", afetando e até transformando desde muito cedo, na infância e sobretudo a partir da puberdade, socializações a vivências mais íntimas de seus afetos e pulsões sexuais. O que, em seu turno, organiza e regula o vasto campo afetivo das experiências possíveis com o corpo e com as emoções – isso mesmo que não sejam oriundos de criações doutrinárias que aprisionam um potencial de afetos e ignora todas as possibilidades de um indivíduo.

Essa pulsão interditada, que se expressa em diferentes graus de angústia, por vezes é escoada, na economia psíquica, por meio da "violência masculina". Não raramente, tal violência é experimentada como parte desse gozo não autorizado, no ato sexual entre outros homens; o objeto é um semelhante a si mesmo é a identificação que possibilita o reconhecimento. Ao gozar no e com o *outro*, goza a si mesmo.

Na incompletude do gozo, que dentro da heterossexualidade ocorre no sigilo, há que produzir uma cena do gozo a partir da qual o simbólico o fará gozar por pertencimento, ainda que seja um gozo frágil e constantemente insuficiente. Em muitos casos, esses homens são comprometidos em relações afetivo-sexuais com mulheres. Não bastasse esse detalhe, deve-se acrescentar o fato de que essas companheiras não sabem [formalmente] de seus comportamentos homoafetivos. Ou seja, para além de qualquer perspectiva muito moralista, existe mesmo assim a quebra de pactos estabelecidos entre os pares, já que eles também, em sua maioria, são monogâmicos, ou, no mínimo, não informam suas companheiras de seus atos – haja a vista, novamente, a necessidade primordial de ser tudo no sigilo. Ou seja, para esses sujeitos vale a máxima "Heterossexualidade acima de tudo, sigilo acima de todos!".

A brotheragem não sugere a constituição estereotipada, um tipo específico de homem, mas uma posição discursiva presente no interior de uma masculinidade cis-heterossexual. Seu funcionamento depende menos de uma estética particular do que de um conjunto de performances capazes de assegurar o reconhecimento público da

heterossexualidade. O corpo definido, a barba, a postura, a roupa, o modo de falar, a exibição do desejo por mulheres e a rejeição pública e ostensiva da homossexualidade podem, sim, compor essa gramática, mas não a delimita.

Apesar disso, poder-se-ia dizer que é possível, digamos, ainda assim desconfiar de um estereótipo. Mas é preciso cautela. O *heterotop*, o *sertanejo*, o *chavoso*, o *marombeiro*, o *religioso*, o *red pill* ou qualquer outra figura cis-hétero masculina que possamos reconhecer como excessivamente comprometida com determinados signos de masculinidade não constitui, por si só, um *brother*; *brother* é esse "homem" atravessando as fronteiras internas/inerentes e previstas da norma. O que aproxima um "brother" de um "homem" é a necessidade de manter e produzir uma distância em relação *àquilo* que ameaça a ética e os acordos de uma masculinidade cis-normativa. A homofobia, a transfobia e a misoginia, nesse sentido, não apenas rejeitam o *outro* em sua dignidade e existência, como também participam da fabricação do próprio sujeito que rejeita.

Não é aqui o caso de afirmar que todo heterossexual homofóbico é, digamos, um "gay enrustido". Novamente, uma vez que a heterossexualidade é aqui localizada como para muito além de uma orientação sexual – tão distante que quase nada diz sobre orientação sexual –, o que a homofobia faz é, em vez de meramente ocultar um desejo sexual, ela reafirma o *"Eu"* normativo a partir na negação e da destruição do que socialmente se constrói como seu oposto. É a existência de um *antagonismo criativo:* aquilo que se produz na medida que se referencia pelo seu antagônico (Medrado, 2025).

A brotheragem aparece justamente nessa abertura da norma. O mesmo "homem" que *deve* demonstrar que gosta de mulheres *pode* desejar, e frequentemente deseja, outros "homens", e encontra meios de realizar esse desejo. O que o distancia de gays, de bissexuais e de pansexuais é o discurso que sustenta a performatividade social. E é aqui que o sigilo deixa de ser mero ocultamento do comportamento e passa a operar como uma tecnologia de fronteiras: o sigilo e a porta para o pacto que permite determinadas práticas acontecerem sem que seja necessário abandonar a identidade socialmente reconhecida.

Além do convite a dispensar a heterossexualidade especificamente como orientação sexual, talvez o ponto mais desconcertante no conjunto do aprendizado social não seja necessariamente a heterossexualidade operar como o impeditivo da experiência entre homens, mas sim a necessidade de que essa experiência não produza a perda da heterossexualidade como posição social. Por exemplo, estudos que se debruçam sobre aplicativos de relacionamento, a exemplo do Grindr, mostram como expressões como “discreto”, “sigilo” e “brotheragem” aparecem associadas à tentativa de preservar uma masculinidade próxima da norma heterossexual, enquanto se busca, simultaneamente, uma experiência homoerótica (Paranhos & Costa, 2022).

O ponto de análise, então, não se restringe a uma tecnologia que “esconde” a realização de um desejo, no sentido de não permitir a publicização. Para além disso, deve-se observar o regime que faz do desejo entre “homens” algo que pode ser experimentado, vivido e gozado, desde que permaneça protegido pelo anonimato, pela discrição e pela possibilidade de retorno como denúncia e comprometimento à identidade normativa. No ambiente digital essa duplicidade torna-se ainda mais evidente. O sujeito pode habitar simultaneamente o espaço público, no qual performa a cis-heteronormatividade, e um espaço outro, no qual experimenta desejos que aquela mesma norma interditaria ou estigmatizaria (Silva & Barreto, 2026).

O brother, nesse sentido, não é exatamente aquele que está fora da norma, tampouco é o sujeito, o “homem”, em si. É aquele que pode circular em suas bordas sem necessariamente abandoná-la. Se o sigilo protege, o código permite-lhe reconhecer o “homem” de si em seus semelhantes. Ou seja, para além dos sujeitos propriamente ditos, está uma marcação simbólica que não os representa em todas as esferas sociais, mas que, uma vez interiorizada como parte da performatividade, é uma tecnologia prontamente acionável.

Entre homens socializados sob a heteronormatividade, a homossexualidade frequentemente aparece como matéria de piada; o gozo aparece ainda que como chiste. A piada, por sua vez, é o modo simbólico de manter acesso e verbalizável o desejo que a norma proíbe publicamente. Por exemplo, como forma simultânea de ataque homofóbico e de rastreio de semelhantes, é comum o uso de expressões do

tipo: *"Ah! vai dar o cú!"*, *"Cê é louco! Se eu perder o jogo/a aposta te dou meu cú!"*, *"Se você perder o jogo/a aposta vai ter de dar o cu!"*. Em casos em que a sugestão aparece em forma de pergunta supostamente ameaçadora, há também expressões como *"O que foi? Está legalzinho assim comigo, por quê? Quer dar pra mim?"*, ou também *"Se eu perder esse jogo* – ou – *se eu estiver mentindo pra você, eu te chupo"* – ou – "*eu dou pra você"*. Aparentemente, trata-se apenas de uma linguagem erótica de cunho homofóbico. Mas a brotheragem introduz uma torção nessa linguagem: aquilo que serve para humilhar pode também servir para testar. O ganho que machuca é também o anzol que fisga.

O código tende a funcionar porque permanece ambíguo. Um "homem" pode lançar uma frase sexualizada e, caso encontre reciprocidade, faz o movimento avançar. Se encontrar recusa, pode recobrir imediatamente o enunciado com o riso e dizer que *"estava só brincando"*. A mesma frase pode, portanto, operar como insulto, provocação ou convite, tudo depende da atmosfera e das possibilidades vigentes. Não há confissão da intimidade porque a própria possibilidade pública de negar faz parte do código. É quase como se diz popularmente na lógica de "jogar um verde para colher maduro".

Retomando os aplicativos de relacionamento, essa linguagem cifrada encontra uma expressão particularmente evidente nos espaços digitais. No Grindr, por exemplo, perfis sem rosto, sem descrições mínimas, com pseudônimos, emojis e tags como "discreto", "bis" e "brotheragem" constituem mecanismos de codificação do desejo e de proteção da identidade pública do sujeito (Silva & Barreto, 2026). Em pesquisa sobre o aplicativo, a expressão "discreto, fora do meio e querendo brotheragem" aparece como formulação recorrente, revelando a coexistência entre a busca por experiências homoeróticas e a manutenção de uma posição social não reconhecida como dissidente, ou desviante (Paranhos & Costa, 2022).

O espaço digital torna visível, assim, aquilo que a vida pública precisa manter invisível. Ele cria um território no qual identidades, desejos e normas incompatíveis podem ser justapostos: o "homem" que, no espaço social comum, precisa performar a

heterossexualidade encontra, no “espaço outro” e no espaço de abertura afetiva do “outro”, condições para experimentar aquilo que não pode nomear publicamente.

No entanto, esse território não é necessariamente libertário. Os mesmos espaços que possibilitam a dissidência podem reproduzir a masculinidade, o machismo, a misoginia, a rejeição da feminilidade e a invisibilização das violências. A heteronorma não desaparece quando se entra no armário digital (Paranhos & Costa, 2022; Silva & Barreto, 2026). Pelo contrário, a norma não só aprende e elabora novas formas de habitar o espaço virtual como faz dele uma tecnologia de manutenção, espalhamento e fortalecimento da norma.

Por essa razão, não nos interessa a leitura rarefeita e apressada que compreende a brotheragem como uma “homossexualidade reprimida” que aguardaria, finalmente, o momento de ser revelada; menos ainda no atrai pensar que a brotheragem oferece espaço para homens gays viverem sua sexualidade em segurança – não há segurança para dissidentes na norma. O que nos interessa, portanto, é o paradoxo de uma prática que pode produzir prazer e orientação da libido justamente porque não exige, daquele que a pratica, o abandono da posição heterossexual, que organiza as inibições e os sintomas.

Aspectos subjetivos da Brotheragem

Podemos compreender, portanto, um modelo de masculinidade hegemônica como constituída por configurações de práticas sociais que, ao serem incorporadas e reiteradas pelos sujeitos, participam de sua subjetivação e da reprodução de relações desiguais de gênero (Connell, Messerschmidt, 2013). Assim, homens praticantes da brotheragem, participam desse processo de subjetivação quando incorporam e reiteram práticas que permitem ser reconhecidos à luz da masculinidade hegemônica – enquanto masculinos e heterossexuais –, sobretudo por outros homens (Kimmel, 2016), ainda que vivam desejos e experiências afetivo-sexuais também com outros “homens”.

Desse modo, constituem-se enquanto sujeitos com uma complexa relação entre suas experiências, desejos e de construção de si, uma vez que assumir seus desejos sexuais ao ponto comportar-se na esfera pública assumindo suas vontades resultaria sofrer a repressão historicamente instituída para que a heterossexualidade se configure enquanto um regime de poder e controle dos corpos. Quando retomamos a "epistemologia do armário", proposta por Sedgwick (1990), vemos que, para além de um segredo individual, a ocultação e silêncios em relação às experiências vividas no campo da sexualidade nos anuncia precisamente sobre uma estrutura social que organiza o que pode ser dito, explicitado e reconhecido acerca dos desejos e práticas sexuais. Assim, partindo do pressuposto de que nenhuma sociedade, por mais repressora que pudesse ser, seria capaz de conter e "imobilizar" o desejo de seus participantes por muito tempo, estes homens heterossexuais constroem armários nos quais realizam suas vontades.

A brotheragem revela, entre outras coisas, o peso que a socialização cis-hétero masculina exerce sobre a própria sexualidade dos sujeitos a partir da violência de contenção, do sienciamento de suas emoções e da paranoia que constitui seus desejos. Para Kimmel (2016), a masculinidade também – e sobretudo – é construída a partir do medo e da vergonha de ser categorizado como "menos homem" por outros "homens", e por isso deve vigiar-se constantemente em sua masculinidade. Como suscitado anteriormente, nessa vigilância, elege-se um inimigo que em tese atormenta a segurança do seu posto de "heterossexual": a feminilidade, que passa a assumir um potencial de contaminação da masculinidade dos sujeitos heterossexuais "puros". E, nessa lógica cis-heteronormativa, desejar homens é uma atribuição estritamente feminina. Assim, a homofobia pode ser entendida como mecanismo de policiamento das masculinidades, a partir do medo, da vergonha e do silêncio (Kimmel, 2016). Logo, a heterossexualidade se constrói via o eixo da homofobia, tal qual o masculino hegemônico via o eixo da misoginia.

Embora ao se reconhecerem dentro de uma caixa chamada "homem", eles se fecham para qualquer experiência que fuja do que socialmente é considerado "ser homem", o que muitos não levam em conta, mas que poderiam fazê-lo, é que dentro

do Cistema um sujeito não é menos *homem* porque é homossexual, bissexual pansexual ou assexual; essas particularidades não dizem respeito à masculinidade em si, mas à atratividade afetivo-sexual que interfere nos indivíduos de modo geral. O que instaura essa percepção de que determinadas formas de masculinidades são inferiores é justamente a hierarquização das masculinidades que determina quais formas de ser homem são valorizadas e quais seriam subordinadas (Connell; Messerschmidt, 2013).

Assim, quando um homem acredita que precisa manter o sigilo absoluto de seus atos homoafetivos-sexuais, valendo inclusive enganar suas parceiras ao realizarem o comportamento sexual com outros homens, de modo escondido, isso pode ter possíveis interpretações. Uma delas é a já comentada anteriormente; ou seja, o medo da represália social proveniente da homofobia. Nesse caso, o armário novamente atua ao endereçar o que pode ser vivido no âmbito do privado e aquilo que pode ser reconhecido publicamente, já que a estrutura social rejeita o não-hétero (Sedgwick, 1990). Por outro lado, quando se fala de brotheragem, o mecanismo pode até ter uma aparência semelhante – que seria evitar repressões e retaliações sociais –, no entanto não deve ser confundida a sua interioridade discursiva, ou a motivação central do comportamento: na brotheragem o que se tenta proteger é a imagem heterossexual defendida por seus praticantes, sobretudo diante de outros homens, em oposição à qualquer traço de semelhança à homossexualidade e à feminilidade (Kimmel, 2016).

Em seu livro *"Mostly Straight: Sexual Fluidity among Men"* (2017), Ritch C. Savin-Williams demonstra que pessoas heterossexuais que praticam sexo com outras pessoas autonomeadas heterossexuais nem por isso deixarão de ser heterossexuais. Isso é particularmente interessante para quem ainda defende a heterossexualidade como estritamente uma orientação sexual. Mas os "brothers" negam a todo custo que esse desejo deva ser explicitado entre seus semelhantes héteros. Ao mesmo tempo que eles rejeitam a ideia de serem confundidos com não-héteros, eles se atraem a partir de micro pactos que, no oculto das ações, contém a o comportamento homossexual; mas na esfera macropolítica, ou seja, no vivenciado socialmente à vista de outrens eles seguem preservando características que lhes confere o privilégio heteronormativo.

O sujeito está envolto no tecido social que exerce sobre ele pressões diversas. Uma delas é a pressão de uma masculinidade hegemônica – que sequestra suas presas a partir de suas garras de privilégios que, de um jeito ou de outro, ainda confere algum privilégio por ser um "homem hétero". Logo, a brotheragem pode informar mais sobre a cumplicidade de homens que buscam sustentar a heterossexualidade e a masculinidade que os rotula, sustentando privilégios que os protege (Connell; Messerschmidt, 2013). Essa ação pactual, por sua vez, reforça todos os estigmas contra pessoas não heterossexuais. É necessário, para seu funcionamento, que haja a contrução de outridades (Nascimento, 2021), ou seja, constituição de sujeiros e práticas desviantes da norma, um "outro" no imaginário social, para que comportamento heterossexual e cismasculino seja tomado como puro, higienizado, desejável e, portanto, ideal; é assim que o cissexismo opera .

Entre outros, o produto que emerge desse caldo de negações e interdições (externas e internas) é, de um lado, o conjunto de "homens" que não se permitem conhecer os próprios corpos e desejos com mais intensidade, pois vivem suas sexualidades submetidos ao medo e à vergonha que a constante vigilância da própria masculinidade proporciona (Kimmel, 1997); não conseguem sentir seus prazeres com mais leveza; são criaturas reprimidas no plano público em várias dimensões. De outro lado, estão os efeitos gerados sobre todas as pessoas que se relacionam com esses homens. Suas companheiras não são necessaria ou especificamente mente desejadas pelo que são como mulheres e pessoas; e que seja repetido aqui: muitas vezes seus papéis enquanto companheiras são restritos (ou primordialmente alocados) ao posto de dispositivos sexuais/afirmativos de uma heterossexualidade estética.

Dito de outro modo, suas companheiras são acionadas quase que exclusivamente para afirmar que aquele "homem" [o brother] gosta de mulheres. O problema disso é, entre muitos outros, que mais uma vez essas mulheres não são valorizadas, ou são valoradas negativamente; não são lidas por homens, não são ouvidas nem consideradas em sua totalidade que não a erótico-sexual. Isto é, no processo em que suas parceiras têm suas identidades construídas em razão de afirmar sua masculinidade e heterossexualidade, são então produzidas enquanto um "Outro",

objetificado e subordinado às relações de poder. Nas palavras de Sueli Carneiro (2023, p.64):

> Assim sendo, a morte do outro que é Outro porque degenerado e de raça inferior permite ao biopoder promover a vida da raça mais sadia e mais pura. Em outras palavras, o racismo é indispensável para que o poder, enquanto biopoder e com função primordial de promover a vida, venha a tirar a vida.

Apesar de, nesse contexto, Carneiro versar especificamente sobre raça, sua análise sobre a produção de um "Outro" pode ser usada para identificar a forma como diferentes dispositivos de poder atuam produzindo diferentes graus de exposição à violência, a partir das intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade. Assim, essas mulheres, dentro de suas complexidades relacionadas aos diferentes marcadores sociais, são identificadas como vidas facilmente capturadas pelo feminicídio em um contexto de desvalorização e objetificação em nome da defesa das masculinidades hegemônicas. Ou seja, se um corpo na sociedade não é reconhecido como um corpo digno, ele logo passa a ser autorizado pélo próprio Cistema como corpo matável – essa é a lógica operante colonialista que tem construído Estados genocidas.

Uma consideração que merece outro texto tem a ver com a sexualização e objetificação de travestis: na tentativa de buscar por um prazer com o pênis, muitos brothers são criados na ideia transfóbica de que travestis são homens vestidos de mulher, e tentam com isso realizar seus prazeres, novamente, a partir da objetificação desses corpos. Isso também tem relação com o transfeminicídio, uma vez que não é raro ver casos em que travestis são mortas depois do sexo, naquilo que Mariah Rafhaela da Silva nomeia como tensão necrossexual (Silva, 2024). Como aponta o dossiê da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais), são diversos os relatos de homens que mudam o comportamento após relações sexuais com travestis, adotando uma postura agressiva e violenta, e que muitas vezes tem o desfecho do transfeminicídio, podendo estar relacionado à necessidade de negar os desejos que

entram em conflito com a construção de uma identidade heterossexual e cismasculina (ANTRA, 2022).

Considerações finais

Buscamos demonstrar que num sistema que opera em diferentes dimensões, um fenômeno social nunca atua sozinho, tampouco ele afeta apenas uma dimensão no tecido sociocultural. E o fenômeno da brotheragem é um desses que atua em diferentes níveis. Esse texto objetivou suscitar o debate acerca desse fenômeno, jamais de encerrá-lo.

Como vimos, brotheragem poderia até ser pensada como o nome dado ao desejo dos homens cisgêneros heterossexuais de viver sua sexualidade, mas que para não perder o lugar discursivo no privilégio heteronormativo submetem-se à possibilidade, a partir de denegações, de vivenciar amplamente aquilo que poderiam ser e sentir sem os custos da submissão às normas: ou seja, sem silenciar aspectos importantes de suas emoções e sem a construção de um embate agressivo em direção àquilo que ameaça essa norma.

Indo além, mostramos que a brotheragem também nos permite observar e marcar a indissociabilidade entre a heterossexualidade e o estabelecimento de normas rígidas do sistema sexo-gênero, bem como sua fragilidade. Ou seja, se a orientação por um único gênero fosse natural e dissesse algo sobre uma essência pré-discursiva do comportamento humano, não seria imprescindível a criação de uma série de mecanismos para dar contorno a tantas possibilidades de desejos. Da mesma maneira, se a cisgeneridade existisse em sua plena naturalidade, não seria preciso a constante vigília e regulação da cis-masculinidade.

Assim, fragilidade do Cistema se demonstra não exatamente em sua fraqueza/fragilidade, mas na maneira como, ainda que se apresente como natural e estável, precisa ser continuamente reiterada, protegida, policiada e contornada para que não haja rotas de fuga, e se cristalize uma noção de gênero original que existe antes mesmo da possibilidade da construção de si enquanto sujeito. Como aponta

Nascimento (2021): “nos jogos de gênero, não há gênero original, mas uma incansável produção de diferenças”.

A brotheragem nos ensina algo útil, e que merece nossa atenção: a heterossexualidade nunca se tratou apenas de uma orientação sexual. Ela funciona como um regime político de reconhecimento que distribui legitimidades, produz privilégios e administra quais desejos podem existir à luz do dia e quais precisam sobreviver no subterrâneo do sigilo. É justamente por isso que a brotheragem não pode ser reduzida à curiosidade sobre “homens” que fazem sexo com outros “homens”. Ela revela um dos *modus operandi* pelos quais o Cistema organiza afetos, corportamentos e violências, transformando a masculinidade cis-heterossexual em patrimônio a ser permanentemente protegido.

E, como já apontavam as leituras de C. Riley e Jane Ward, esse regime nunca opera da mesma maneira para todos os corpos; ele é atravessado pela raça, pela classe, pela territorialidade e por outras relações de poder que mobilizam subjetividades e reconhecimento social.

Utilizando do espaço das *considerações finais*, trazemos então um esquema visual (**Fig. 02**) que reúne o conjunto elaborado neste ensaio, cujo aspecto fundamental pode ser entendido como sendo a brotheragem uma instância discursiva que atravessa as instituições *Cisgeneridade*, *Heterossexualidade* e *Família Tradicional*, e que expande e complexifica a elaboração feita outrora na figura 01. Neste esquema é importante que se observe como a produção destas três instituições são atravessadas por um eixo que aponta justamente para os referenciais antagônicos daquilo que o Cistema defende. Ou seja, o Cistema sexo-gênero, que busca controlar corpos e subjetividades a partir da sexualidade, é produzido a partir de seu negativo. E ou deve-se falar, discutir, perseguir e combater esse negativo e/ou colocar no centro das elaborações e do discurso aquilo que se objetiva tomar por *essencial* e *natural*.

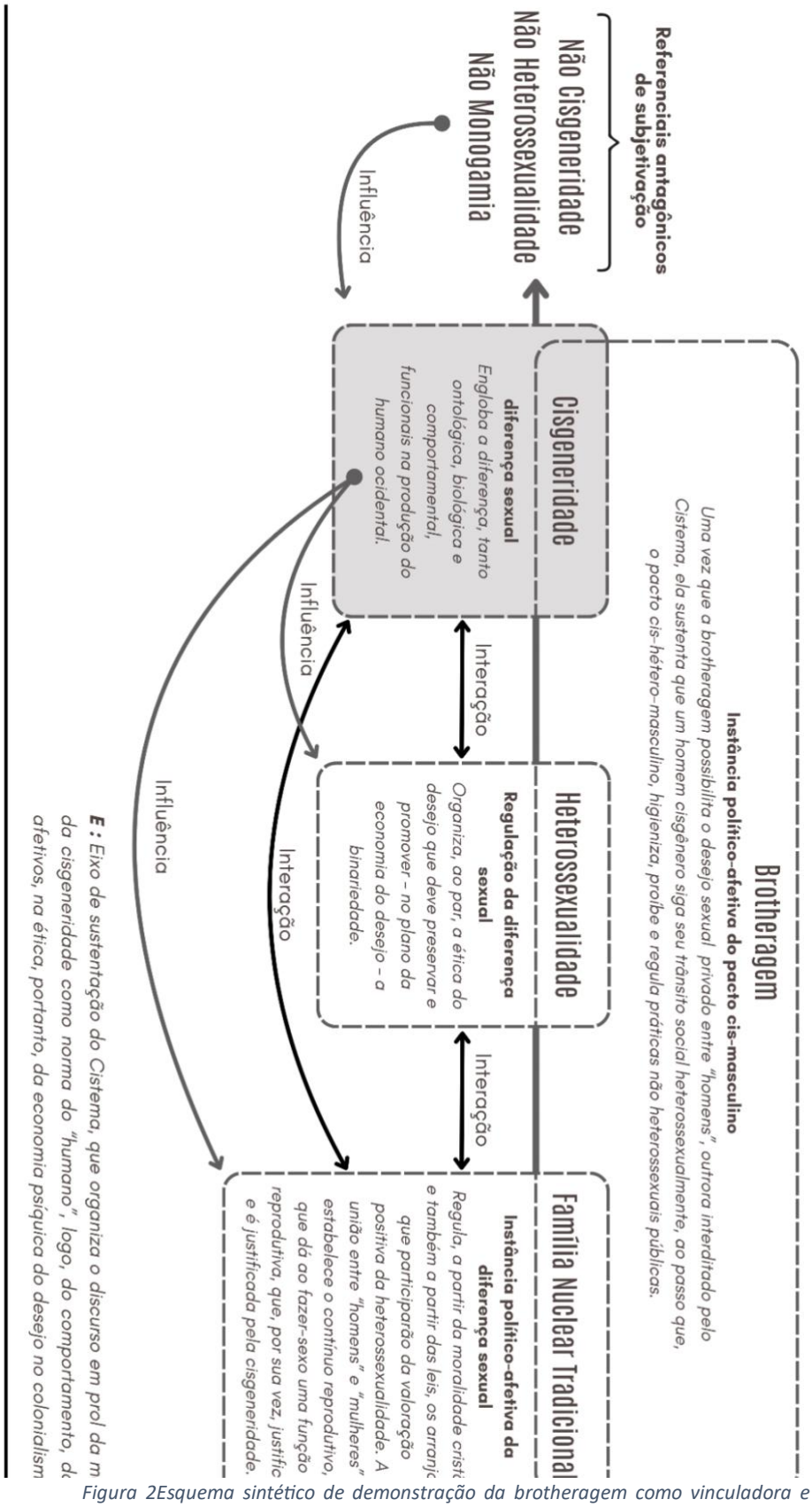


Figura 2Esquema sintético de demonstração da brotheragem como vinculadora e sustentadora das práticas do Cistema, conectando cisgeneridade, heterossexualidade e família nuclear tradicional (representante da monogamia). Por Andreone Medrado e Alisson Santos.

Foucault, por exemplo, aponta, em *A História da Sexualidade* (*Vol. I - A vontade de saber*), que "no que diz respeito ao sexo, a mais inexaurível e impaciente das sociedades talvez seja a nossa" (Foucault, 2029, p.37). Pois bem, se trocarmos "sexo" por "heterossexualidade" a frase parece sustentar uma lógica que se verifica nesta sociedade. Quiçá essa substituição, tal qual a que fizemos anteriormente sobre dispositivos, soe até redundante, já que na regulação da sexualidade bem como na regulação da heterossexalidade, o sexo é esse objeto do discurso dentro do Cistema. Se um é afetado, ou se ele é despossuído de poder, todo o restante se desestabiliza.

Quiçá reste perguntar, então, quantos outros pactos silenciosos ainda sustentam a ficção da heterossexualidade compulsória e quantas outras formas de desejo permanecem invisíveis – ou invisibilizadas – para que a nossa imaginação política continue aprisionada pelas categorias que o próprio Cistema produziu. A brotheragem é apenas uma dessas fissuras.

Abrimos este ensaio com a pergunta que repetiremos aqui: "Quando um homem heterossexual faz sexo com outro homem, trata-se simplesmente de um desvio momentâneo ou insignificante na vida de um heterossexual 'verdadeiro', ou trata-se de uma evidência de que ele é, secretamente, um homem gay que não assumiu sua orientação sexual?" O objetivo jamais foi sobre esgotar essa pergunta, mas ficar com ela. Então, que fiquemos com a questão sobre a qual precisamos nos demorar cada vez mais, até, na melhor das hipóteses, compreendê-la mais a fundo: para além do que é regulado, o que desperta e ameaça essa regulação? Suspeitamos, entre muitas outras possibilidades, que seja o próprio modelo de afetações, de conhecimento parcial como sujeito de si e conhecimento dos "Outro", bem como os valores afetivos e corporais, além das métricas de validação do desejo, que permanecem sob vigilância de sobre forte influência do Cistema. É preciso desestabilizá-lo.

Finalizando nas palavras de Michel Foucault sobre a *amizade*, abrimos para que esse tema possa se expandir:

> Como é possível para homens estarem juntos? Viver juntos, compartilhar seus tempos, suas refeições, seus quartos, seus lazeres, suas aflições, seu saber, suas confidências? O que é isso de estar

> entre homens “nus”, fora das relações institucionais, de família, de profissão, de companheirismo obrigatório? É um desejo, uma inquietação, um desejo-inquietação que existe em muitas pessoas. [...] inquietar no afeto, carinho, amizade, fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevistas. [...] que indivíduos comecem a se amar, e aí está o problema. A instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam, ao mesmo tempo, a dominam e perturbam [...] Isso no que devemos trabalhar, me parece, não é tanto em liberar nossos desejos, mas em tornar a nós mesmos infinitamente mais suscetíveis a prazeres. É preciso, insisto, é preciso fazer escapar às duas fórmulas completamente feitas sobre o puro encontro sexual e sobre a fusão amorosa das identidades.[6]

Referências

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2022). Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Distrito Drag; ANTRA.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Foucault, M. (2019). *História da Sexualidade I:* A Vontade de Saber.Paz & Terra.

Freud, S. (2014). *Inibição, sintoma e angústia* . São Paulo: Companhia das Letras. (Obras completas, 17, p. 13-123), 1926.

Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade:* A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar.

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas, 21*(1), 241–282.

Kimmel, M. S. (2016). Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero (S. M. Takakura, Trad.). *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 3*(4), 97–124. https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14910

[6] Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, nomeada como “Da amizade como modo de vida” e publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amizade.pdf

McClintock, A. (2010). *Couro imperial*: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp.

Medrado, A.T., Valentova, J.V. (2023). Homosexuality: As "Natural" or "Unnatural". In: Shackelford, T.K. (eds) *Encyclopedia of Sexual Psychology and Behavior*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-08956-5_1128-1

Medrado, A. T. (2025). *Ensaios sobre o colonialismo*: higienização, corpos, fé e subjetividades em disputa. São Paulo: Telha.

Medrado, A. T. (2026). *Políticas Afetivas da Desobediência*. Mandaçaia.

Moraes, F. (2023). *Homens gays e misoginia:* chega de ignorarmos esse problema. Intercept Brasil. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/08/02/homens-gays-nao-da-mais-para-ignorarmos-misoginia-entre-eles/

Paranhos, W., & Costa, C. M. I. (2022). "Curto uma pegação no sigilo": o Grindr como território de subjetivações. *Periódicus*, n. 18, v. 1, p. 176-196.

Ribeiro, U. W. R., & Matos, R. L.. (2020). Heteronormatividade e produções de violências lgbtfóbicas: análise a partir da teoria queer. *REVES-Revista Relações Sociais*, 3(4), 06001-06012. doi: 10.18540/revesvl3iss4pp06001-06012

Rich, A. (2003). Compulsory heterosexuality and lesbian existence (1980). *Journal of Women's History*, 15(3), 11–48.

Rodrigues, M. E. S. M., de Almeida, M. H. D. S., & Fernandes, L. M.. (2025). Uma Breve Análise Descritiva sobre os Papéis Sociais e suas Consequências para a Cisheteronormatividade e a Heterossexualidade Compulsória. *Revista Mosaico*, 16(3), 277-291. DOI 10.21727/rm.v16i3.5337

Ruggero, E.C. (2016). When Straight Men Have Sex With Men. *Qual Sociol* 39, 97–100. https://doi.org/10.1007/s11133-015-9318-z

Sedgwick, E. K. (1990). *Epistemologies of the Closet*. Berkeley: University of California Press.

Shimakawa, V. V. (2023). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:* uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. EDUFBA.

Silva, M. R. (2024). *Zonas de te(n)são entre desejo e nojo:* cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual. Editora Devires.

Silva, M. S., & Barreto, A. M. P. (2026). O Grindr como heterotopia: a homossociabilidade no espaço digital. *Contemporânea*, e161455, p. 1-21. https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1455

Snorton, C. R. (2009). Trapped in the Epistemological Closet: Black Sexuality and the "Ghettocentric Imagination." *Souls*, 11(2), 94–111. https://doi.org/10.1080/10999940902910115

Snorton, C. R. (2014). Nobody Is Supposed to Know: Black Sexuality on the Down Low. University of Minnesota Press.

Ward, J. (2015). *Not Gay:* Sex Between Straight White Men. New York University Press.

Watkins, S. C. (1998). *Representing:* Hip-Hop Culture and the Production of Black Cinema, Chicago: University of Chicago Press.

Savin-Williams, R. C. (2017). *Mostly Straight: Sexual Fluidity among Men*. Harvard University Press.

Wittig, M. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Tradução de Maíra K. de Souza. Belo Horizonte: Autêntica.